



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

16446 - Resumo Expandido - Trabalho - XXVII Encontro de Pesquisa Educacional do Nordeste – Reunião Científica Regional – ANPEd Nordeste (2024)

ISSN: 2595-7945

GT08 - Formação de Professores

A FORMAÇÃO POLÍTICO PEDAGÓGICA DE PROFESSORES EM LIMOEIRO DO NORTE/CE

Ana Valéria Galvão Lima - UECE - Universidade Estadual do Ceará

José Ernandi Mendes - UECE - Universidade Estadual do Ceará

Soraia Colaço - UECE - Universidade Estadual do Ceará

Agência e/ou Instituição Financiadora: Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FUNCAP

A FORMAÇÃO POLÍTICO PEDAGÓGICA DE PROFESSORES EM LIMOEIRO DO NORTE/CE

Autora ^[1]

Coautor ^[2]

Coautora ^[3]

1 INTRODUÇÃO

A docência é uma construção histórica, e seu significado é amplo e imbricado nas relações sociais, políticas e econômicas, não comportando uma visão idealista. Ela situa-se entre as determinações do capital, as políticas neoliberais e os ataques recentes de grupos de extrema direita, e comportando também a contestação esboçada na utopia concreta do esperar. Sua força resiste na possibilidade de transcender aos aspectos reprodutivistas das ideologias veiculadas nas instituições educativas, mediante práticas de emancipação social, ou seja, na denúncia da agenda do capital sobre a educação dos países periféricos, que mitigam seus efeitos transformadores e no anúncio de outra realidade possível.

É nesta contradição essencial em confronto com uma realidade concreta de

docentes em movimento, que emerge a problemática desta investigação: Como se dá a formação político-pedagógica de professores(as) da Rede Municipal de Limoeiro do Norte enquanto coletivo de trabalhadores(as) da educação? Sendo a formação político-pedagógica docente uma temática importante para o campo educacional, visto que ela remete ao papel do(a) professor(a) e da escola na sociedade, este trabalho tem como objetivo central: compreender os elementos políticos, pedagógicos e práticas político-educativas que compõem a formação de professores(as) da Rede Municipal de Ensino de Limoeiro do Norte enquanto sujeitos coletivos e de lutas em defesa do magistério. Para seu desdobramento, delineamos como objetivos específicos: discutir a relação do trabalho e da formação docente com a política educacional brasileira contemporânea; identificar condições e desafios do trabalho docente, como também da consciência gestada sobre o exercício profissional; conhecer a consciência coletiva que se gesta no meio docente, associadas às lutas políticas que a categoria participa.

A pesquisa parte da premissa que a formação dos/as professores/as desta Rede de Ensino vai muito além da dimensão pedagógica da formação inicial/continuada, estando vinculada também a práticas profissionais, sindicais e políticas. As interações gestadas no meio docente decorrentes da condição de vida, das lutas e das interações com as políticas educacionais que incidem sobre seu trabalho produzem uma consciência política, que reflete uma característica de sua formação, ainda pouco valorizada.

Como fundamentação teórica para o desvelamento do fenômeno em análise, buscamos apreender o movimento real e contraditório das categorias que julgamos potencializar a análise: a Formação Político-Pedagógica, a Consciência, o Trabalho, o Desenvolvimento Profissional e a Proletarização Docente.

Trata-se de uma pesquisa realizada no âmbito do mestrado em educação, com abordagem qualitativa do tipo exploratória, descritiva e analítica, estruturada sobre procedimentos que associam a produção de dados por meio do levantamento bibliográfico, do exame documental e do trabalho de campo, orientada pela perspectiva teórico-metodológica do Materialismo Histórico Dialético. A partir de uma amostragem composta por seis docentes, dentro de um universo de 235 professores efetivos da Rede de Ensino municipal, aqui apresentados com nomes fictícios, sendo cinco professoras e um professor, com idades que variam entre 45 e 55 anos, sendo três com atuação em escolas da zona rural e três em escolas nos bairros da cidade. Consideramos o nível de ensino em que atuam: Educação Infantil e Ensino Fundamental (1º ao 9º Ano) e seus níveis de formação, que se estendem do Nível Médio – Curso Normal / Pedagógico, licenciaturas em Pedagogia e específicas, até a pós-graduação lato ou stricto sensu. O critério de seleção da amostra propicia diferentes pontos de vista de suas realidades sociais e profissionais. Cumprimos a exigência de um termo de livre esclarecimento assinado

por todos, autorizando a publicação de suas falas, porém sem identificar suas identidades.

O levantamento bibliográfico se deu na biblioteca da Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos (FAFIDAM), nos Catálogos de teses e dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e do Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino (MAIE); nos sites: do Ministério da Educação (MEC), da Câmara Federal, do Senado Federal, da Câmara Municipal de Limoeiro do Norte; como também de acervos bibliográficos de professores(as) e amigos(as).

A pesquisa documental adotada compõe-se de fontes primárias e secundárias. Sendo as fontes primárias, as que nunca foram analisadas, como é o caso da Lei N° 1.218/2005 do Plano Municipal de Educação de Limoeiro do Norte – CE (PMELN); a Lei N° 1.491/2009 que institui o Plano de Carreira e Remuneração dos Profissionais do Magistério da Educação Básica Pública do Município de Limoeiro do Norte – CE (PCR); material pedagógico de formação de professores(as), dentre eles, os de natureza teórica, e os didáticos direcionados pela tríade formativa das instituições: Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC), da Coordenadoria Regional de Desenvolvimento da Educação (CREDE 10) e da Secretaria Municipal de Educação Básica de Limoeiro do Norte (SEMEB), como também recorremos a documentos do Sindicato dos Servidores Públicos Municipais de Limoeiro do Norte (SINTSEN) e do Conselho Municipal de Educação de Limoeiro do Norte (COMEL). Enquanto as fontes secundárias, ou seja, que já passaram por algum tratamento analítico e se colocam na situação de referencial teórico, analisamos a Lei N° 9394/9 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), Lei N° 13.005/2014 – Plano Nacional de Educação (PNE) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (NOVO FUNDEB) – Lei N° 14.113/2020.

Na abordagem aos sujeitos, optamos pela entrevista individual e semiestruturada, tendo como alvo, revelações que configurem o formato mais fidedigno da realidade. A gravação destas se deu a partir de um Celular Motorola e a descrição das falas dos sujeitos e o Diário de Campo para registros de dados, tudo abordado sob critérios e parâmetros éticos. As observações participativas foram realizadas nas formações pedagógicas dos(as) professores(as) sob a orientação da SEDUC, CREDE e SEMEB. Ademais, observamos reuniões e tratativas do COMEL, assim como assembleias, reuniões e manifestações do SINTSEM que ocorreram no decorrer desta pesquisa.

Após a pesquisa de campo, buscamos uma análise dos dados no interior da perspectiva dialética, fundamentada no referencial teórico, expresso nas categorias concretas do movimento da realidade, e referenciada nos documentos pedagógicos

e legislativos, nos quais alcançamos um desenho da formação política-pedagógica de professores de Limoeiro do Norte.

Além da Introdução, na qual situamos a temática pesquisada, elementos que justificam e tornam a pesquisa relevante, objetivos e as escolhas teórico-metodológicas, apresentamos a estrutura de mais 4 seções subsequentes, como exposição da investigação realizada. A consciência e a práxis coletiva como expressão de uma formação política e pedagógica compõe a seção dois, onde refletimos sobre várias denominações para a consciência de grupos sociais. A seção três expõe um debate em cima do conjunto de medidas, leis e propostas educacionais associadas à perspectiva ultraliberal, que incidem sobre a formação e o trabalho docente. E na seção quatro, evidenciamos as falas dos(as) docentes de Limoeiro do Norte, desenhando sua visão de consciência e prática, dentro do espectro da sua formação político-pedagógica. E logo em seguida, as Considerações Finais.

2 DESENVOLVIMENTO

A partir da desconfiança de que a consciência que se gesta nos docentes da Rede Municipal de Ensino de Limoeiro do Norte se trata de uma consciência coletiva, que muito informa sobre a formação política e pedagógica destes docentes, buscamos saber em que medida essa consciência se desenvolve numa perspectiva emancipatória, organizativa, associada aos interesses gerais das classes trabalhadoras ou ainda se restringe aos limites de uma consciência corporativista.

A consciência e a práxis coletiva como expressão de uma formação política e pedagógica reflete a consciência de classe, que pode ter a gradação de em si e para si, sempre intrínsecas aos processos de alienação, fetichismo e reificação do trabalhador, obtendo também a materialidade da Consciência Real e Consciência Possível. A associação destes conceitos aos elementos que compõem a formação político-pedagógica, a práxis político-educativa, propiciam a conscientização docente.

Lukács (2003) baseia seus estudos sobre consciência de classe na categoria hegeliana da totalidade e estabelece um vínculo entre possibilidade de conhecimento e a situação de classe. Salientamos aqui também, logo de imediato, outro ponto importante que o autor expõe em sua obra: a possibilidade de se conhecer a totalidade histórica, ela não existe nem para a burguesia, nem para as outras classes sociais que têm uma inserção apenas residual na estrutura econômica capitalista, com exceção do proletariado que dada sua condição material e histórica apresenta a potencialidade necessária à consciência de classe.

Deste papel histórico, a princípio relacionado às relações econômicas, Paulo Freire (1987) percebe as múltiplas explorações que as maiorias sociais estão submetidas no capitalismo, ampliando a todos a classificação de oprimidos do sistema econômico e social. Evidenciando que apenas estes, pode gerar o movimento de libertação, porque o opressor está inserido e insensível no interior do sistema de opressão, o que o torna impossível agregar ações libertadoras. Reafirma-se, a importância e a necessidade de estimulá-los a conhecer as raízes da opressão e empreender uma militância libertadora. E isto só se dá, por meio da educação popular, desenvolvida por e entre trabalhadores/as e educadores/as aliados/as a um projeto de emancipação social.

Em meio ao antagonismo das contradições de uma sociedade dividida em classes, os/as trabalhadores/as experimentam duas perspectivas, a de agir conforme os interesses dos dominantes, involúcras no fetiche de se não se verem como parte do fenômeno da exploração ou até de se enxergarem como privilegiados das relações sociais, e a de serem portadoras naturais de uma consciência em si sobre o seu lugar na estrutura social e na história, mesmo que ainda não apresentem uma compreensão ampliada dos determinantes políticos e econômicos desta sociedade. Estes sujeitos corporificam as aspirações de ascensão social, o que não passaria de uma consideração falsa da realidade.

A consciência em-si não deve ser responsabilizada pelas dificuldades inerentes ao processo de desenvolvimento da consciência para-si, pois a 'melhoria de posição' não precisa necessariamente acarretar o enfraquecimento da consciência de classe. Se acarreta ou não, depende, em larga medida, do grau de consciência de classe do indivíduo em questão (MÉSZÁROS, 2008, p. 71).

A partir deste estágio de reconhecer o seu lugar de classe, consciência em si, ocorre experiências políticas dos trabalhadores, que os transportam para outro estágio de consciência, consciência para si, que expressa ciência do lugar que ocupa no modo de produção capitalista e nas relações sociais, da missão dos sujeitos históricos de superar os problemas insolúveis do capital, apresentando interesses universais de igualdade e justiça social.

De acordo com Goldmann (1972), consciência real e a consciência possível são formas assumidas pela consciência de classe, portanto, são conceitos mais sociológicos do que psicológicos. Assim verificamos o traslado das categorias mencionadas do lugar ocupado na classe social para o mundo do indivíduo e, conseqüentemente, da dimensão sociológica da consciência para a dimensão psicológica. A consciência real está associada ao conceito de consciência concreta, sendo a superação deste estágio de consciência o lastro da construção da consciência possível, mediante práticas educativas emancipadoras.

A alienação presente no trabalho docente ocorre em meio a contradições, uma vez que a escola é um território de disputa entre a reprodução e a

emancipação. A alienação do trabalho docente, muito se dá por meio da programação educativa prescrita pelos organismos multilaterais, aplicada pelos aparelhos veiculadores (MEC, Secretarias de Educação – de estados e municípios), caracterizada por uma rotina extenuante e a prática de um currículo rígido e acrítico. Os/as professores/as são impedidos na autonomia e controle sobre o processo de trabalho, tampouco do produto, porque são dirigidos pela lógica das avaliações externas, espécie de modelo de gestão comercial aplicado à educação, galgada na pressão por resultados e um competitivo sistema de ranqueamento, que enaltece a meritocracia, a responsabilidade e a culpabilidade docente, ocultando a faceta capitalista de mercantilização da educação. A reificação do trabalho docente objetifica o sujeito, que teoricamente cuidaria pedagogicamente da formação humana a se voltar para a formação de mão de obra, sendo o professor uma mão de obra que vai produzir mais mão de obra, a partir da matéria-prima alunos/as, no interior da lógica do capital humano, inserido na produção e reprodução social. Tudo isso respaldado por reformas legislativas que sustentam e aliviam as crises do capital.

Na contramão desta lógica, acreditamos num processo educativo problematizador e omnilateral que ponha os desafios para a humanidade na construção de uma sociedade justa. Assim, a práxis referenciada nas pedagogias freireanas do oprimido, da indignação e da esperança se impõe como necessidade histórica para atender as maiorias sociais de cessar a exploração inerente ao sistema capitalista e todas as formas de opressões.

2.1 Resultados e discussões da pesquisa

A pesquisa revela que há uma complexidade de elementos que compõem a formação docente, dentre os mais importantes, está a prática política que se insere coletivamente como discute Farias (2016). Ela demonstra a necessidade de uma perspectiva crítica e ampla na formação político-pedagógica dos(as) docentes, que buscam transcender os limites da educação formal, em processos e práticas educativas nos espaços da universidade e do órgão de classe, o sindicato, que protagoniza a luta por direitos. A entrevistada, professora Gilda, é enfática sobre o lugar da formação política: “Não acredito na escola sem partido, na neutralidade. O professor é um ser político, tem uma posição política o que reflete na prática pedagógica”, que por sua vez, se alinha a discussão feita por Oliveira (2018), a partir das bases gramscianas. Isso demonstra que os indivíduos iniciam sua formação política, ao lutar contra as condições de alienação em que estão inseridos e passam a se reconhecer como sujeitos pertencentes a uma das duas forças hegemônicas.

A mesma professora arremata que “a formação política complementa a

pedagógica”. Como sujeitos históricos, devemos atentar a uma formação emancipatória, que transcenda a ingenuidade e a alienação, na perspectiva de educadores(as) comprometidos com a democracia e a igualdade social. Evidenciamos que nas políticas educacionais, a formação e o trabalho docentes seguem os objetivos do capital, e numa perspectiva coletiva, a política é compreendida pelo exercício contínuo da defesa de direitos. Fernandes (2019) informa que a classe dominante usa a política para manter seu *status quo*, inclusive negando sua dimensão transformadora, por isso, se faz mister um processo educativo emancipador, no qual o professor tenha consciência da classe a qual faz parte, e busque movimentos políticos em defesa da libertação.

A rotina extenuante na escola, a pressão por resultados, a ambivalência entre o desenvolvimento profissional e a proletarização submetem as condições do trabalho dos/as docentes, os quais têm como refrigério o horário de Planejamento conquistado nas lutas, e o Plano de Cargos e Salários, cuja implantação também é atribuída à força sindical. O desafio de melhorias das condições de docência está em manter os direitos adquiridos e garantir outros: condições de trabalho, estruturação física das escolas, incentivo à formação *stricto sensu*. A consciência dos docentes de se reconhecerem como classe trabalhadora, e as reivindicações pelo profissionalismo docente são formas de resistência à sua proletarização e luta em defesa de uma sociedade justa e igualitária como discute Enguita (1991).

Professora Celeste analisa a consciência gestada: “Estamos em processo de construção da consciência. Temos professores em Limoeiro que se destacam na luta, outros que colaboram de alguma forma e os que nunca colaboram, nem com sua opinião”. Para a expansão desta consciência, os pares propõem estudos e delegam ao Sindicato essa função, como também consideram a necessidade de lutas gerais e sociais. Notificaram como problemas que persistem, a falta de consciência política, pouca confiança na ação transformadora, a persistência do medo e da distância de alguns professores dos movimentos coletivos. Esta reflexão revela o estado da passagem da Consciência de Classe Em Si, em direção a Classe Para Si, saindo dos objetivos pessoais para os interesses coletivos, envolto a um processo de conscientização e politização.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa indica a prática formativa político-pedagógica de professores, a qual está presente em lutas em defesa de direitos. A formação político-pedagógica constitui uma temática que amplia a compreensão da formação docente, ainda muito compreendida enquanto práticas institucionalizadas e sistematizadas no interior da universidade. A formação político-pedagógica associada a ações

coletivas em defesa de direitos contribuem para formar direta e criticamente educadores(as) e indiretamente educandos(as) com visão ampliada da vida. A pesquisa aponta também a necessidade de se intensificar estudos que contemplem a formação que educa educadores(as) para práticas sociais mais amplas e transformadoras.

REFERÊNCIAS

ENGUITA, Mariano Fernandez. A ambigüidade da docência: entre o profissionalismo e a proletarização. **Teoria & Educação**, Porto Alegre, n. 4, p. 41-61, 1991.

FARIAS, Isabel Maria Sabino de; ROCHA, Cláudio César Torquato. Desenvolvimento profissional de professores da educação básica: reflexões a partir da experiência no PIBID. **Revista Reflexão e Ação**, Santa Cruz do Sul, v. 24, n. 3, p. 123-140, 2016.

FERNANDES, Florestan. **A formação política e o trabalho do professor**. Marília: Lutas anticapital, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 17^a. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

GOLDMANN, Lucien. **A criação cultural na sociedade moderna (por uma sociologia da totalidade)**. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1972.

LUKÁCS, Georg. **História e consciência de classe**: estudos sobre a dialética marxista. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

MÉSZÁROS, István. **Filosofia, ideologia e ciência social**. São Paulo: Boitempo, 2008.

OLIVEIRA, Thiago Chagas. Gramsci e a formação política da classe trabalhadora: a dimensão pedagógica da Revolução Russa. **Revista Práxis e Hegemonia Popular**, v. 3, n. 3, 33–42, 2018.

Palavras-chave: Formação político-pedagógica. Trabalho docente. Desenvolvimento Profissional Docente. Proletarização Docente.

[1] Mestre em Educação e Ensino pelo Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino (MAIE) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). Professora da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Limoeiro do Norte – Ceará. E-mail:

[2] Pós-Doutor em Educação pela École des Hautes Études em Sciences Sociales (EHESS) – Paris. Docente da Universidade Estadual do Ceará (UECE) e do Mestrado Acadêmico Intercampi em Educação e Ensino (MAIE). E-mail:

[3] Doutora em Educação pelo Programa de Pós-Graduação em Educação (PPGE) da Universidade Estadual do Ceará (UECE). E-mail: